



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
CORREGEDORIA-REGIONAL
PJeCor n.º CorOrd 0000158-32.2022.2.00.0512

ATA DA 3ª CORREIÇÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NOS DIAS 16 A 22 DE NOVEMBRO DE 2022, NO CENTRO JUDICIÁRIO DIGITAL DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS E 5ª NO SETOR DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FORO E DA CENTRAL DE MANDADOS DE FLORIANÓPOLIS-SC

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho-Corregedor Regional Nivaldo Stankiewicz, realizou a correição ordinária na modalidade presencial no Centro Judiciário Digital de Métodos Consensuais de Disputas e no Setor de Apoio à Gestão Administrativa do Foro Trabalhista e da Central de Mandados de Florianópolis-SC, conforme o Edital CR n.º 13/2022, disponibilizado no DEJT em 7-10-2022, bem como encaminhado ao Ministério Público do Trabalho e à Subseção da OAB de Florianópolis-SC.

A Exma. Juíza do Trabalho Maria Beatriz Vieira da Silva Gubert é a Diretora do Foro, a Exma. Juíza do Trabalho Maria Aparecida Jerônimo é a Coordenadora do CEJUSC, conforme RA n.º 21/2022 – durante seus afastamentos, o Exmo. Juiz do Trabalho Válter Túlio Amado Ribeiro é o Coordenador Substituto do CEJUSC – e o Exmo. Juiz do Trabalho Luciano Paschoeto é o Supervisor do CEJUSC.

1 DADOS DO CEJUSC

No âmbito deste Regional, a criação e as diretrizes gerais de funcionamento dos CEJUSCs são disciplinadas pela Portaria Conjunta SEAP/GVP/SECOR n.º 139/2022.

Conforme estabelecido no art. 9º da Portaria acima referida, os CEJUSC-JT1º GRAU “são responsáveis pelo desenvolvimento dos métodos consensuais de solução de disputas em processos que tramitam em qualquer fase processual no primeiro grau de jurisdição, nas unidades judiciárias integrantes de sua área de atuação”.

O CEJUSC de Florianópolis-SC foi inaugurado em 13 de abril de 2018, e instalado pela Portaria Conjunta n.º 3/2018 CEJUSC/JT, do Foro Trabalhista de Florianópolis-SC. Atualmente é coordenado pelo Exmo. Juiz do Trabalho Válter Túlio Amado Ribeiro e conta com 5 servidores, conforme quadro abaixo:

Servidor	Cargo	Função	Exercício na lotação
Mariana Ribeiro de Almeida	AJ	Diretora de CEJUSC CJ-01	30-3-2022
Fabio Borges de Abreu	TJ		6-9-2022
Maira Mendonca Gomes	AJ		23-4-2019
Sandra Maria Sestrem	TJ		20-9-2018
Wagner Benicio de Abreu	AJ		20-9-2018

Fonte: <https://portal.trt12.jus.br/centrosconciliacao>

De acordo com o § 2º do art. 9º da Portaria Conjunta SEAP/GVP/SECOR nº 139/2022, “É automática a adesão ao CEJUSC-JT-1º Grau de todas as unidades judiciárias da área de atuação do respectivo Centro, sendo facultada às Varas a remessa de processos aos Centros de Conciliação”.

2 AUDIÊNCIAS

Conforme informações da Diretora do CEJUSC, a pauta de audiências é organizada da seguinte forma: “Média de 30 por dia; são designadas audiências na terça-feira, quarta-feira e quinta-feira”.

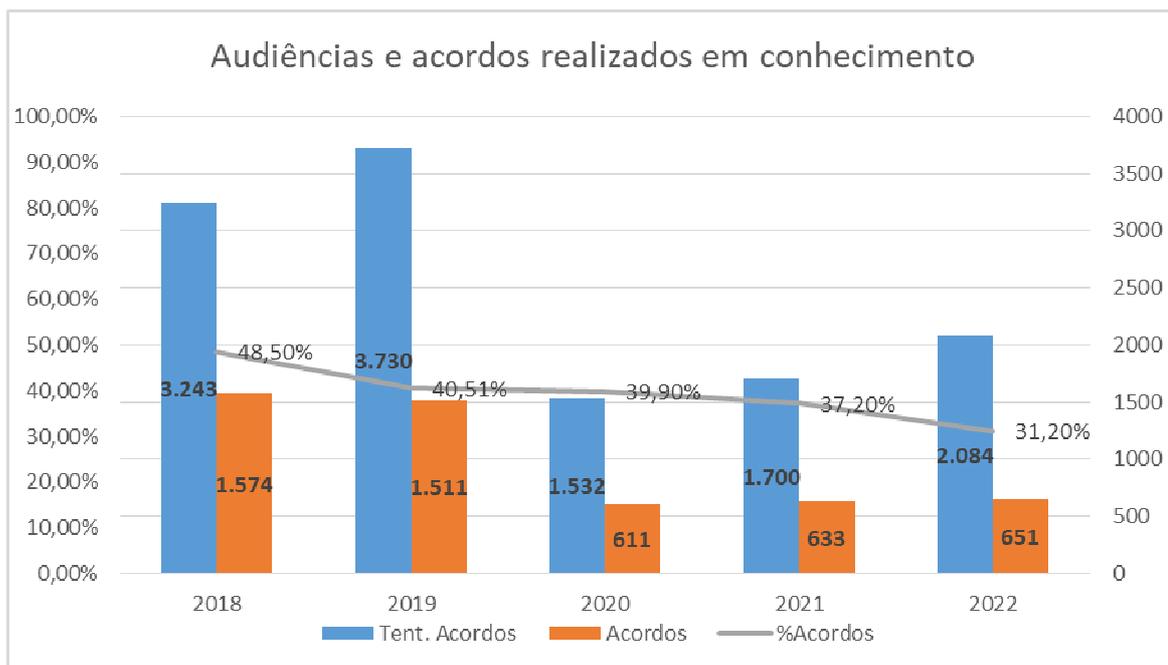
Verifica-se em 7-11-2022, que as audiências estão sendo designadas para 61 dias, ou seja, para o dia 8-2-2023.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Os quadros estatísticos apresentam dados do CEJUSC de Florianópolis-SC, em comparação com os demais do Estado, nas fases de conhecimento, liquidação e execução, e valores pagos e arrecadados referentes ao período de janeiro a outubro de 2022. São apresentados também gráficos evolutivos do CEJUSC de Florianópolis-SC.

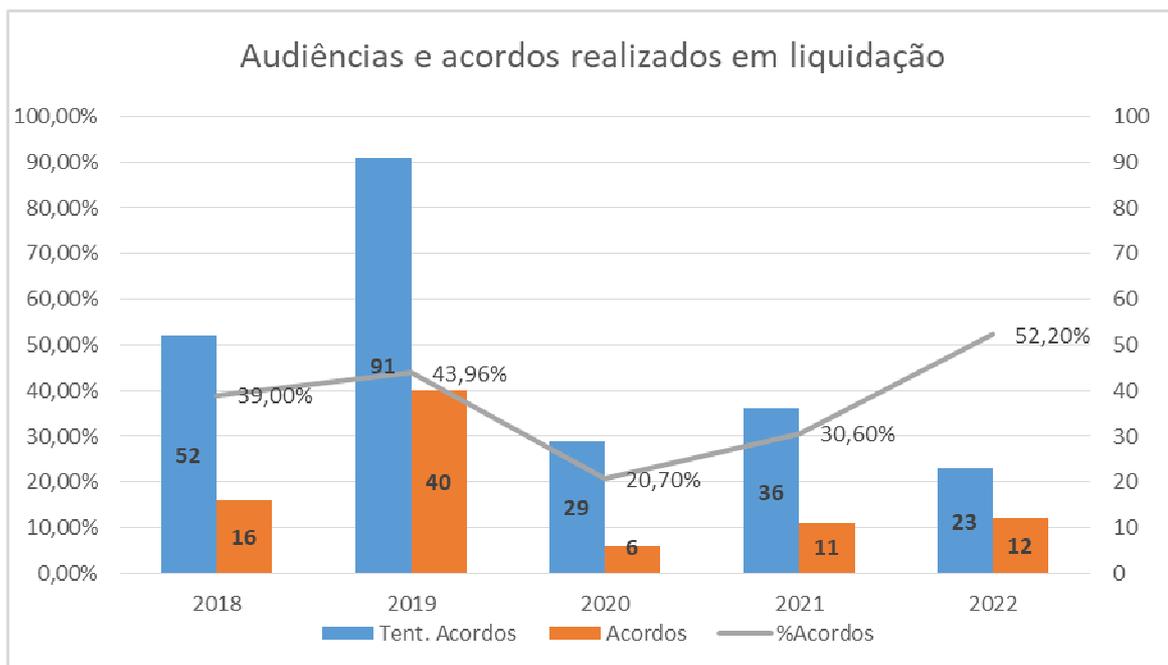
3.1 Fase de conhecimento

CEJUSC	Casos novos da VT no período	Processos recebidos no período	Nº de audiências realizadas no período	Devolvidos à origem				
				Impossibilidade de acordo		Com tentativa de acordo		
				Ausência das partes	Outras situações	Conciliados	Não conciliados	% conciliado
Balneário Camboriú	3373	2223	1863	294	187	696	812	46,2%
Blumenau	2595	1531	1433	310	58	375	533	41,3%
Brusque	1415	502	520	48	37	240	182	56,9%
Chapecó	6256	934	903	13	90	424	416	50,5%
Criciúma	2974	1352	1574	119	193	529	779	40,4%
Florianópolis	5105	2484	2953	291	148	651	1433	31,2%
Itajaí	3695	1448	1419	173	111	411	748	35,5%
Jaraguá do Sul	3566	1221	1268	56	69	299	730	29,1%
Joinville	6081	3642	3366	457	258	881	1941	31,2%
Lages	3125	784	849	182	27	370	283	56,7%
Meio Oeste	2981	503	392	27	35	134	224	37,4%
Rio do Sul	2169	1053	1009	60	57	306	470	39,4%
São José	3274	1607	1438	147	136	439	861	33,8%
Tubarão	1727	1002	761	76	98	155	586	20,9%
TOTAL	48336	20286	19748	2253	1504	5910	9998	37,2%



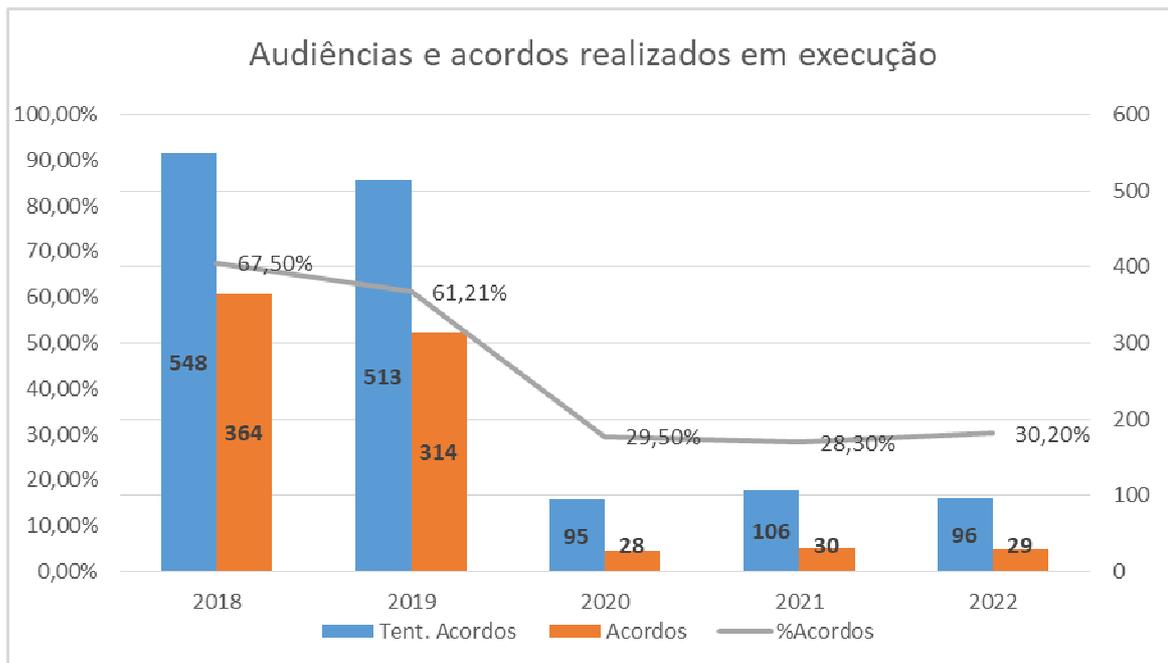
3.2 Fase de liquidação

CEJUSC	Processos recebidos no período	Nº de audiências realizadas no período	Devolvidos à origem				
			Impossibilidade de acordo		Com tentativa de acordo		
			Ausência das partes	Outras situações	Conciliados	Não conciliados	% conciliado
Balneário Camboriú	44	44	0	0	34	3	91,9%
Blumenau	114	95	0	0	32	35	47,8%
Brusque	129	115	18	0	36	31	53,7%
Chapecó	4	2	0	0	1	1	50,0%
Criciúma	39	46	0	0	21	11	65,6%
Florianópolis	40	39	0	1	12	11	52,2%
Itajaí	3	0	0	0	0	0	-
Jaraguá do Sul	5	3	0	0	1	2	33,3%
Joinville	41	38	0	0	21	13	61,8%
Lages	17	15	0	0	14	2	87,5%
Meio Oeste	3	2	0	0	2	0	100,0%
Rio do Sul	9	10	0	0	6	4	60,0%
São José	8	14	0	0	4	2	66,7%
Tubarão	7	5	0	0	0	5	0,0%
TOTAL	463	428	18	1	184	120	60,5%



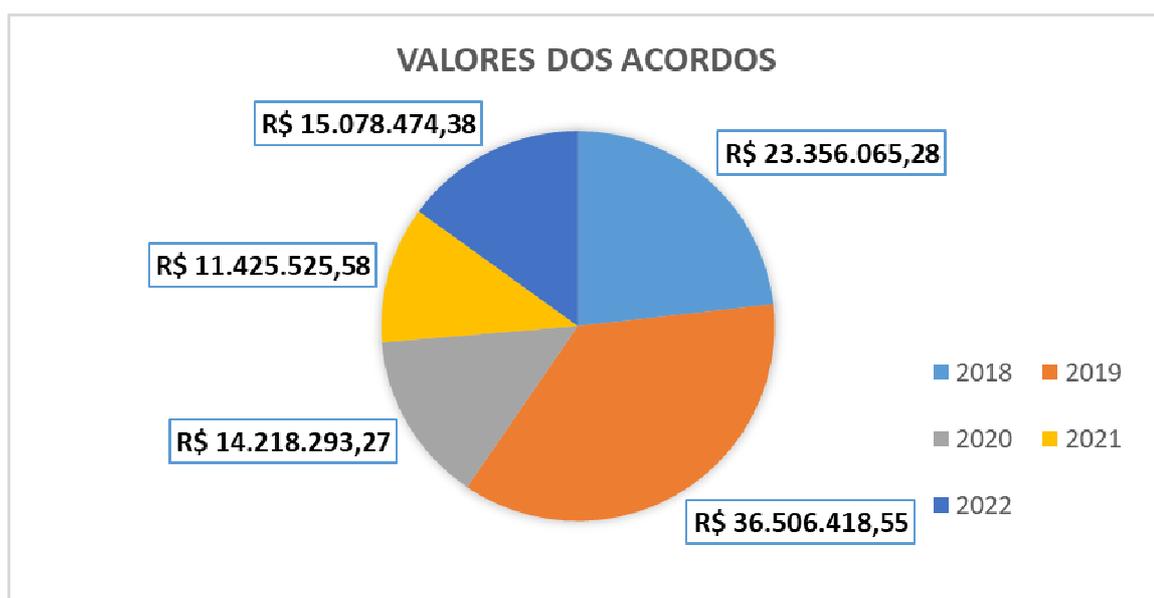
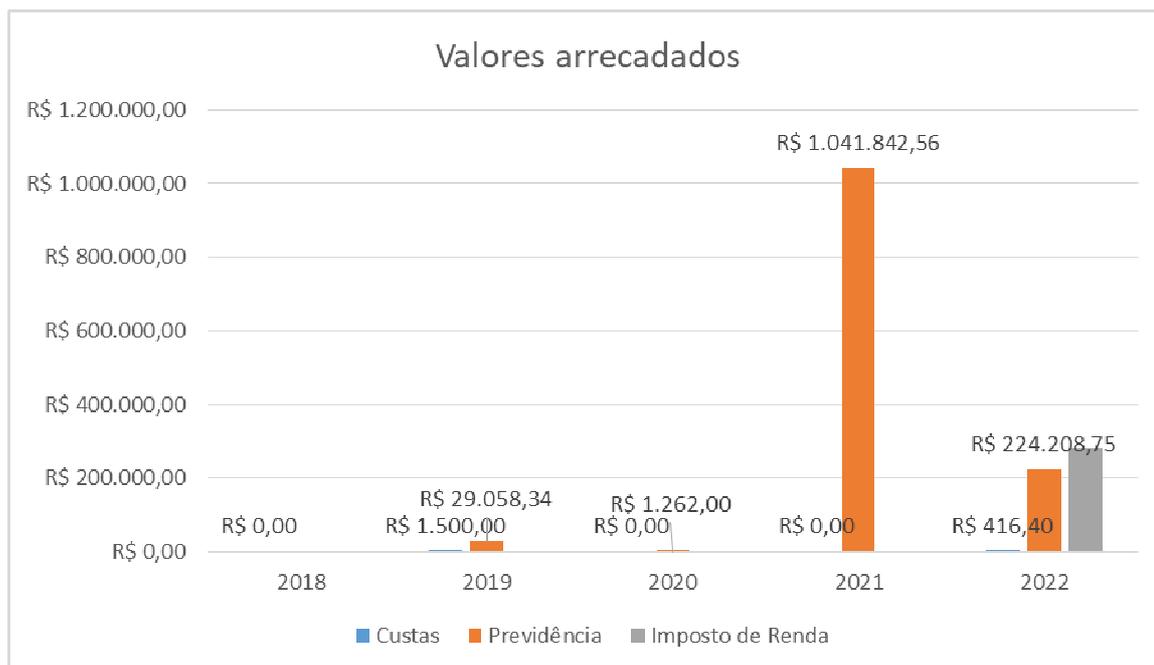
3.3 Fase de execução

CEJUSC	Processos recebidos no período	Nº de audiências realizadas no período	Devolvidos à origem				
			Impossibilidade de acordo		Com tentativa de acordo		
			Ausência das partes	Outras situações	Conciliados	Não conciliados	% conciliado
Balneário Camboriú	140	141	11	1	106	8	93,0%
Blumenau	323	268	131	13	126	114	52,5%
Brusque	104	94	15	3	50	38	56,8%
Chapecó	27	2	0	0	1	11	8,3%
Criciúma	303	334	19	10	199	103	65,9%
Florianópolis	116	100	0	2	29	67	30,2%
Itajaí	5	3	0	0	1	2	33,3%
Jaraguá do Sul	36	30	0	1	21	23	47,7%
Joinville	456	359	55	11	192	219	46,7%
Lages	108	114	35	1	60	24	71,4%
Meio Oeste	16	15	2	1	5	5	50,0%
Rio do Sul	150	150	65	11	55	82	40,1%
São José	9	16	5	0	3	2	60,0%
Tubarão	66	51	13	1	13	32	28,9%
TOTAL	1859	1677	351	55	861	730	54,1%



3.4 Valores

CEJUSC	Acordos realizados	Custas	Previdência	Imposto de Renda
Balneário Camboriú	R\$ 6.474.170,08	R\$ 70,00	R\$ 110.073,24	R\$ 5.879,44
Blumenau	R\$ 8.264.706,77	R\$ 26.650,39	R\$ 1.897.599,72	R\$ 3.681.408,92
Brusque	R\$ 8.106.312,28	R\$ 71.038,34	R\$ 295.030,45	R\$ 361.481,58
Chapecó	R\$ 5.346.773,31	R\$ 167.272,77	R\$ 42.034,54	R\$ 315.705,12
Criciúma	R\$ 36.103.239,67	R\$ 87.169,40	R\$ 13.042.350,40	R\$ 29.203.072,84
Florianópolis	R\$ 15.078.474,38	R\$ 416,40	R\$ 224.208,75	R\$ 280.913,96
Itajaí	R\$ 2.917.156,19	R\$ 22.549,33	R\$ 118.014,74	R\$ 486.164,52
Jaraguá do Sul	R\$ 6.330.862,70	R\$ 37.052,08	R\$ 1.418.315,04	R\$ 3.010.519,14
Joinville	R\$ 19.261.167,78	R\$ 28.117,22	R\$ 696.767,83	R\$ 657.348,16
Lages	R\$ 5.426.259,90	R\$ 1.848,00	R\$ 28.380,38	R\$ 300.919,15
Meio Oeste	R\$ 1.925.956,72	R\$ 0,00	R\$ 378.718,45	R\$ 0,00
Rio do Sul	R\$ 7.527.006,60	R\$ 13.554,45	R\$ 630.025,97	601.838,30
São José	R\$ 5.334.519,57	R\$ 4.208,93	R\$ 132.035,34	R\$ 50.670,96
Tubarão	R\$ 1.826.395,25	R\$ 0,00	R\$ 44.348,47	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 129.923.001,20	R\$ 459.947,31	R\$ 19.057.903,32	R\$ 38.955.922,09



4 DETERMINAÇÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

a) Recomenda-se que sempre se solicite previamente a juntada de carta de preposto ou documento de representação, que autorize o preposto a firmar acordo em nome da empresa ou condicione a homologação das condições da transação entabuladas em audiência à regular juntada dos instrumentos de representação processual e da empresa.

b) Atentar para o correto preenchimento de todas as informações referentes aos acordos no PJe, como datas de vencimentos, valores de todas as parcelas, inclusive honorários periciais, INSS, custas, dentre outras, para que as estatísticas de valores pagos e arrecadados sejam corretamente informadas ao e-Gestão.

c) Atentar para o disposto no art. 6º, §§ 1º e 1º-A, da Resolução CSJT nº 174/2016, que dispõe que é indispensável a presença do advogado do autor nas audiências realizadas no CEJUSC, caso constituído, bem como, no caso de *jus postulandi*, que a audiência seja supervisionada pessoalmente pelo magistrado, que deverá estar presente fisicamente durante toda a negociação.

d) Determinar que, no caso de termo de conciliação lavrado no CEJUSC na ausência de qualquer das partes e de seus advogados, e homologado sem a assinatura de pelo menos um deles, seja a parte intimada a juntar no PJe manifestação no sentido de ratificar os termos do acordo.

e) Atentar para o disposto no § 2º do art. 30 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria-Regional, devendo ser realizada nova tentativa de citação, com aviso de recebimento, para identificar o recebedor e não gerar possível nulidade processual.

f) Atentar para o pleno atendimento aos jurisdicionados, utilizando-se as ferramentas disponibilizadas pelo Tribunal como o balcão virtual, e-mail e telefone, utilizando-se do “sigam-me” quando não houver presença física de servidor no CEJUSC.

SETOR DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FORO E DA CENTRAL DE MANDADOS

5 SERVIDORES

(fonte: SGP)

Servidor	Cargo	Função	Exercício na lotação
Eliane de Oliveira	TJ - Serviços Diversos	Assistente Chefe de Setor FC-04	2-5-2013
Luiz Severino Duarte	TJ		7-1-2020
Carlos Augusto Kindlein	AJ	Oficial de Justiça	18-1-2017
Francisco José Schramm Junior	AJ	Oficial de Justiça	5-8-2008
Helena Brandão Braatz	AJ	Oficial de Justiça	15-4-2010
Luciane Batista da Silva	AJ	Oficial de Justiça	5-8-2008
Luiz Felipe Tonolli	AJ	Oficial de Justiça	5-8-2008
Marcello Fialho Lemos	AJ	Oficial de Justiça	5-8-2008
Marcelo Vieira dos Santos	AJ	Oficial de Justiça	5-8-2008
Rodrigues Campos	AJ	Oficial de Justiça	5-8-2008
Susana Faria Pagani Szpoganicz	AJ	Oficial de Justiça	7-4-2014
Total de servidores (inclui 9 Oficiais de Justiça):			11
A Resolução CNJ nº 219/2016 não prevê lotação paradigma para os SEGECEM. Em relação à lotação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, considerando o disposto na resolução nº 219 do Conselho Nacional de Justiça e expediente de PROAD n.º 4429/2016, a unidade está com <i>déficit</i> de 1 servidor.			

Legenda: Analista Judiciário– AJ; Técnico Judiciário – TJ. AJ – Execução de Mandados (Oficial de Justiça).

6 PRODUTIVIDADE E PRAZOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES

Os dados de produtividade e prazos apresentados do ano de 2022, à exceção dos itens 7.1 e 7.2, cuja consulta e relatório datam de 10-11-2022, referem-se ao acumulado até o mês de outubro, conforme mapas estatísticos dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, disponibilizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa - CESTP.

Conforme consta no Relatório de Estatísticas do CESTP, observa-se que não informaram dados os seguintes Oficiais de Justiça, nos períodos respectivamente apresentados: Luciane Batista da Silva, nos meses de janeiro, março e julho de 2022, Marcello Fialho Lemos, no meses de fevereiro, abril, maio, junho e agosto de 2022, Marcelo Vieira dos Santos, nos meses de abril, junho e agosto de 2022, Rodrigues Campos, no mês de outubro de 2022, e Susana Faria Pagani Szpoganicz, nos meses de fevereiro e outubro de 2022.

6.1 Registro de mandados pendentes de distribuição no PJe

(fonte: PJe)

Conforme verificado no PJe em 10-11-2022, não constavam mandados pendentes de distribuição para os Oficiais de Justiça.

6.2 Registro de mandados com Oficiais de Justiça

(fonte: SAP1 e PJe)

Oficial de Justiça	Quantidade mandados	No prazo	Prazo excedido*
Carlos Augusto Kindlein	31	31	0
Carlos Henrique Alves dos Anjos	1	0	1
Daniel Mendes De Souza Filho	20	20	0
Francisco Jose Schramm Junior	33	33	0
Helena Brandao Braatz	27	27	0
Luciane Batista da Silva	48	36	12
Luiz Felipe Tonolli	32	31	1
Marcello Fialho Lemos	21	21	0
Marcelo Vieira dos Santos	14	12	2
Susana Faria Pagani Szpoganicz	46	38	8
Total	273	249	24

*Observação: em razão de não haver distinção entre os tipos de mandado no painel dos Oficiais de Justiça, consideraram-se como fora do prazo os mandados pendentes há mais de 1 mês, conforme Portaria SEAP/GVP/SECOR n.º 100/2022.

6.3 Diligências realizadas e mandados cumpridos por ano

(fonte: Publicação CESTP)

Ano	Diligências positivas	Diligências negativas	Total diligências	Mandados cumpridos
2021	1.974	3.030	5.004	3.434
2022	2.443	3.454	5.897	3.970

6.4 Diligências realizadas em 2022

(fonte: Publicação CESTP)

Oficial de Justiça	Quantidade de diligências realizadas
Carlos Augusto Kindlein	1.018
Francisco Jose Schramm Junior	1.043
Helena Brandao Braatz	900
Luciane Batista da Silva	557
Luiz Felipe Tonolli	864
Marcello Fialho Lemos	0
Marcelo Vieira dos Santos	695
Rodrigues Campos	0
Susana Faria Pagani Szpoganicz	591
Média de diligências por OJ da 12ª Região	584

7.5 Prazo Médio para Cumprimento dos Mandados em 2022

(fonte: Publicação CESTP)

Oficial de Justiça	Prazo médio
Carlos Augusto Kindlein	7,43
Francisco Jose Schramm Junior	4,08
Helena Brandao Braatz	15,76
Luciane Batista da Silva	24,90
Luiz Felipe Tonolli	4,54
Marcello Fialho Lemos	-
Marcelo Vieira dos Santos	7,99
Rodrigues Campos	-
Susana Faria Pagani Szpoganicz	10,07
Prazo Médio dos OJs da 12ª Região	11,83

8 DETERMINAÇÕES GERAIS AOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES FEDERAIS

a) diligenciar, quando do cumprimento do seu encargo, quanto à informação de RG, CPF e CNPJ das partes, visando manter atualizado o cadastro das partes;

b) certificar a mudança de endereço da parte, comunicando ao(à) Diretor(a) de Secretaria para que proceda à atualização e, se for o caso, à unificação dos cadastros, conforme art. 87 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria-Regional;

c) investigar, quando do cumprimento do seu encargo, o interesse do executado acerca da conciliação, noticiando o fato nos autos, sem prejuízo do cumprimento integral da diligência a ele atribuída, conforme art. 88 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria-Regional;

d) a observância do prazo previsto para o envio dos Boletins Estatísticos, disposto na Portaria SEAP/CR n.º 160/2016.

9 AUDIÊNCIA COM ADVOGADOS(AS)

O Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor Regional reuniu-se, no dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, às 14h, com os advogados Felipe Hack de Barros Falcão (OAB/SC 31.050), Presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB/SC e Ricardo Correa Júnior (OAB/SC 18.043-B), Coordenador de Relacionamento da OAB/SC com a Justiça do Trabalho.

Os advogados ressaltaram que a visita tinha o intuito de continuar e estreitar o bom relacionamento existente entre os advogados trabalhistas com a Corregedoria-Regional.

O Exmo. Corregedor salientou que nas correições realizadas nas Varas do Trabalho do Estado de Santa Catarina foi muito proveitoso o contato com os advogados que compareceram em reuniões com o Corregedor nas Unidades Judiciárias correicionadas.

Os advogados requerem fosse modificado o procedimento referente à sustentação oral para que haja a antecipação do voto a fim de otimizar as sustentações. Mencionaram como referência o sistema de sustentações utilizado pela 3ª Turma do TRT da 4ª Região.

O Desembargador Corregedor-Regional informou que estão sendo feitos estudos por parte da Administração do TRT/SC a fim de aprimorar o sistema de sustentação oral que provavelmente incorporarão parte significativa das demandas feitas pelos advogados.

Questionaram, também, o procedimento a ser adotado nas audiências, principalmente em relação ao juízo 100% digital. O Desembargador Corregedor pontuou que a condução da audiência é do magistrado, porém no caso do juízo 100% digital as audiências permanecem telepresenciais (devendo o magistrado realizar a audiência da unidade judiciária).

Os advogados requerem a continuidade do atendimento pelo balcão virtual – independentemente de haver término da Pandemia Covid-19. O Desembargador observou que as normas do período da pandemia estão sendo atualizadas, porém a normatização referente ao balcão virtual não foi mudada, e, por isso, permanece sem alteração, e sem previsão de mudança.

Advogados externaram preocupação com a intimação por ocasião da liberação de valores, especialmente no SIF.

O Exmo. Corregedor explicou que há previsão detalhada na Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria-Regional acerca do procedimento a ser observado pelas Varas do Trabalho para a intimação de partes e advogados quanto à liberação de valores, e que nas correições os Diretores de Secretaria são orientados a seguir a referida Consolidação quanto à intimação.

Observou, também, o Corregedor-Regional, que os Sistemas de depósitos judiciais (especialmente o SIF) estão sendo continuamente atualizados para melhorar a qualidade da informação aos advogados, sendo possível, também, contatar diretamente a Caixa Econômica Federal, em caso de necessidade, pois a referida instituição também presta informações sobre os depósitos.



10 ENCERRAMENTO

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois foi encerrada a correição ordinária. A presente ata foi disponibilizada no PJeCor n.º CorOrd 0000158-32.2022.2.00.0512.

A Exma. Juíza do Trabalho Diretora do Foro e a Exma. Juíza do Trabalho Coordenadora do CEJUSC (ou o Exmo. Juiz Coordenador Substituto) possuem o prazo comum de 10 (dez) dias corridos, para solicitar a retificação da ata, contados a partir da ciência dada por qualquer procurador/gestor da Unidade no PJeCor ou automaticamente pelo sistema.

Esta ata vai assinada eletronicamente pelo Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor Regional Nivaldo Stankiewicz, e por mim, Gelson Afonso Binotto, Secretário da Corregedoria, que a lavrei.

Equipe da Corregedoria: Gelson Afonso Binotto, Geison Alfredo Arisi e Zélio dos Santos, em trânsito, e Jamile Cury Cecato de Carvalho, Eduardo de Miranda Ribeiro Quintiere, Elise Haas de Abreu, Iran Edson de Castro, Karime Gonzaga Espindola Luz Trincado Hevia, Roberto Ortiz e Suzi Gonçalves da Silva Silveira, que integram a equipe fixa desta Corregedoria.

NIVALDO STANKIEWICZ

Desembargador do Trabalho-Corregedor Regional

GELSON AFONSO BINOTTO

Secretário da Corregedoria